

**As imagens sociais sobre jovens em acolhimento institucional:  
a perspectiva dos profissionais**

Luana Dullius

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Psicologia  
sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Débora Dalbosco Dell'Aglio

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Instituto de Psicologia  
2014

## SUMÁRIO

Agradecimentos.....	3
Resumo.....	4
Capítulo I – Introdução.....	5
1.1 Imagens Sociais.....	5
1.2 As políticas públicas para crianças e adolescentes no Brasil.....	6
1.3 O acolhimento institucional como fator de risco e/ou proteção.....	10
1.4 Profissionais que atuam com jovens em acolhimento institucional: imagens e perspectivas.....	13
Capítulo II – Metodologia.....	20
Capítulo III – Resultados .....	22
Capítulo IV – Discussão.....	26
Capítulo V – Considerações Finais.....	33
Referências.....	34
Anexos.....	39

## **Agradecimentos**

À minha família. Pelo apoio incondicional, pela compreensão e pelo acolhimento durante esse processo. Acima de tudo por acreditarem no meu potencial.

À professora Dra. Débora Dalbosco Dell'Aglio. Pela disponibilidade, paciência e orientação. Por aceitar me acompanhar na elaboração e re-elaboração desse trabalho.

À psicóloga Dra. Ana Celina Garcia Albornoz. Por proporcionar a possibilidade de construir um conhecimento sobre a prática do psicólogo em uma instituição de acolhimento. Por mostrar as potencialidades do trabalho com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

À psicóloga e mestrande Bruna Wendt. Pelos conselhos e sugestões que contribuíram para a composição desse trabalho.

Foi uma honra poder contar com todos vocês.

## Resumo

A sociedade é atravessada por inúmeras imagens sociais e estigmas que permeiam as relações estabelecidas. As imagens sociais sobre jovens em situação de acolhimento, construídas ao longo de um percurso histórico, foram marcadas por práticas violentas e de exclusão. Apesar da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), muitas concepções, principalmente de conotação negativa, ainda estão presentes e cristalizadas no imaginário social. Compreende-se que as práticas cotidianas de atendimento a essa população são permeadas pelas crenças sobre esses jovens, especialmente dos cuidadores das instituições. Dessa forma, este estudo teve como objetivo investigar a imagem social sobre jovens em acolhimento institucional, a partir da percepção de pessoas que têm/tiveram contato com essa população e daquelas que não tiveram contato, procurando, deste modo, observar se há semelhança ou discrepância de opinião entre esses dois grupos. Foi utilizado um questionário em escala *likert* para avaliar atributos referentes aos jovens, que foi respondido por 224 sujeitos de diversas cidades do Rio Grande do Sul, selecionados por conveniência. Os participantes que trabalham/têm contato com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco (68,4%) atuam nas áreas de assistência social (37,4%), educação (20,1%), saúde (17,8%) e justiça (5,1%). Os resultados indicaram que os jovens acolhidos são caracterizados, de forma geral, por atributos com conotação mais negativa do que jovens típicos. Quanto aos participantes que trabalham/têm contato com jovens em situação de vulnerabilidade, foram observadas diferenças significativas, indicando que esses profissionais consideram que os jovens em acolhimento são mais ansiosos e menos batalhadores. Assim, a partir dos resultados encontrados, destaca-se a necessidade de pesquisas que busquem compreender como essas imagens sociais identificadas afetam as relações e as práticas de trabalho com jovens acolhidos.

## Capítulo I – INTRODUÇÃO

As imagens sociais construídas sobre grupos específicos dependem da formação e do *status* do próprio grupo, bem como, do *status* e do interesse dos grupos que as percebem (Tafjel, 1974). No caso de jovens em situação de acolhimento institucional, deve-se considerar a história da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil, além de fatores culturais, sociais e econômicos presentes. Podem ser observadas representações particulares que foram sendo histórica e socialmente construídas e, hoje, fazem parte do imaginário social, quando se discute a infância e a adolescência em situação de vulnerabilidade social, especialmente sobre aqueles que se encontram em instituições de acolhimento e proteção ou instituições para cumprimento de medidas socioeducativas. De acordo com Casas, Cornejo, Colton e Scholte (2000), crianças e adolescentes em situação de institucionalização são rotulados socialmente, e prevalecem ideias negativas sobre esses grupos. Apesar de mudanças ocorridas a partir das novas legislações brasileiras, a imagem social do jovem em acolhimento continua atrelada às características negativas e pejorativas presentes ao longo dos séculos, influenciando a forma como os educadores das instituições, professores e outros profissionais lidam com essa população. No entanto, estudos sistemáticos sobre essa questão ainda não foram desenvolvidos no Brasil, sendo necessário investigar imagens sociais das crianças e adolescentes em acolhimento institucional, discutir e construir políticas públicas voltadas a este grupo social.

### 1.1 Imagens Sociais e suas implicações

Compreender o que são imagens sociais, como surgem e sua função social, requer assimilar o conceito de estigma, visto que é um conceito central desse processo. Assim, o estigma é definido a partir de um padrão - conjunto de atributos considerados comuns e naturais - que a sociedade estabelece. O padrão é precisamente aquilo que, conscientes ou não, os membros de uma sociedade esperam encontrar no outro. Dessa forma é, antes de tudo, uma construção social, um protocolo fixado por uma determinada sociedade e que pode variar ao longo do tempo. Desse modo, o estigma não reside no indivíduo em particular, mas no contexto social que esse indivíduo está inserido (Goffman, 1963).

A partir da conceitualização do termo, considera-se que as imagens sociais estão relacionadas aos estigmas e correspondem a uma forma de classificar sujeitos a partir da construção de teorias implícitas sobre eles (Major & O'Brien, 2009). O estigma é um atributo que normalmente tem o caráter de desvalorizar o indivíduo, visto este não estar inserido no padrão de normalidade que o grupo social impôs. A partir disso, entende-se que um indivíduo que poderia ter sido recebido

na relação social possui um traço que pode se impor e afastar aqueles que ele encontra, sendo que outras características que poderiam ser consideradas positivas acabam sendo anuladas (Goffman, 1963). Casas (2006) compreende que essas concepções enraizadas e naturalizadas condicionam um comportamento social, assim como o modo como as relações são estabelecidas.

O estigma acaba afetando diretamente o estigmatizado – ainda mais considerando seu caráter negativo – por meio de mecanismos de discriminação e indiretamente por meio de ameaças à identidade pessoal e social. Essa ameaça cria respostas ao estresse originado, afetando áreas como a autoestima, o desempenho acadêmico e a saúde (Major & O'Brien, 2009).

Alguns estudos corroboram as percepções já apresentadas de como o imaginário social reúne saberes velados e naturalizados sobre determinado grupo. Um exemplo envolve sujeitos em condições econômicas desfavoráveis, classificados como pessoas desinteressadas, preguiçosas, incompetentes e alienadas, conseqüentemente responsáveis pela situação em que se encontram. (Yunes, Mendes, & Albuquerque, 2005). Um outro exemplo, que transmite uma ideia preconcebida, pode ser observado em artigos científicos que expressam a situação de crianças e adolescentes em acolhimento e utilizam a palavra "abandonadas" para caracterizar essa população, como se fosse simplesmente uma irresponsabilidade dos cuidadores em efetuarem suas obrigações, desconsiderando os dispositivos econômicos, sociais e políticos que atuam na vida dessas pessoas e que muitas vezes condicionam e perpetuam suas condições (Santos, 2010).

Para Casas (2006), a sociedade assume como naturais muitas concepções que deveriam ser revistas. Entre elas, o autor analisa como a construção das concepções acerca da infância e adolescência ao longo da história ocidental fomentou o desenvolvimento de um conjunto de saberes implícitos e enraizados. Segundo o autor, esses saberes geram imagens resistentes às mudanças e estas atuam no cotidiano, sendo verdadeiras ou falsas. As relações e interações sociais que se estabelecem em cada sociedade podem ser compreendidas a partir das crenças sobre a infância e adolescência, que são amplamente compartilhadas e que interferem na forma de agir e de perceber esses indivíduos (Casas, 2010).

## **1.2 As políticas públicas para crianças e adolescentes no Brasil**

Para que se possa compreender as crenças sociais, principalmente a construção destas no que se refere às crianças e aos adolescentes em acolhimento institucional, é necessário assimilar um processo histórico que envolve a visão que se tinha desses sujeitos, assim como as (não) propostas de garantia de direitos que foram sendo arquitetadas para esse público.

Desde o início da história do Brasil, a Igreja sempre se mostrou bastante presente no que se refere à “educação” das crianças, priorizando os bons costumes e a moral. Quando as crianças

nasciam fora do matrimônio ou eram filhos de senhores de escravos, por exemplo, era comum a prática do abandono destas (Berger, 2005). Devido a essa situação, em 1796, duas medidas foram propostas pelo vice-rei: a coleta de esmolas na comunidade para o socorro das crianças e a internação destas. Essas propostas nasceram, não com um objetivo de auxiliar as crianças, mas de proteger a honra privada e esconder a ilegitimidade com um programa assistencialista e religioso (Faleiros & Faleiros, 2008). Como Rizzini e Rizzini (2004) apontam, observa-se a existência de uma longa tradição de internação de crianças e adolescentes em instituições asilares.

No que se refere à internação cria-se em 1726, na Bahia, a Roda do Expostos, uma das mais duradouras instituições de assistência à Infância vinculada à Igreja. Esta roda consistia em um cilindro giratório na parede da Santa Casa que permitia que a criança fosse colocada anonimamente e assim recolhida pela instituição denominada Casa de Expostos. A última Roda somente foi extinta nos anos 50 em São Paulo (Faleiros & Faleiros, 2008), tendo até então, durante dois séculos, multiplicado-se e sendo praticamente a única política de amparo às crianças abandonadas (Rizzini & Rizzini, 2004).

Em meados de 1900, uma cultura da institucionalização já se encontrava enraizada no Brasil: as crianças que nasciam em famílias economicamente desfavorecidas estavam praticamente destinadas a ficar sob a proteção do Estado, como se não tivessem família. Essas instituições, chamadas de internato de menores, orfanatos, casa de acolhimento, colégio interno, educandário, entre outros visavam à educação de crianças pobres e funcionaram a partir do século XVIII nos moldes asilares (Bernardi, 2007).

De acordo com Berger (2005), no início do século XX e com a Proclamação da República em 1889 a preocupação centrou-se no combate à “criminalidade de menores”. No contexto social e político da época à questão da ordem se aliou a questão da higiene e desse modo o objetivo era limpar/organizar as ruas da presença de todos que não encaixassem na ordem social vigente, como crianças abandonadas, adultos moradores de rua, loucos, entre outros marginalizados. Ao longo da história, as instituições tiveram como função principal a separação de tudo que causava desordem (Faleiros & Faleiros, 2008).

Nesse contexto higienista e correcionalista, foram criadas casas correcionais e orfanatos preparatórios para o trabalho. Em 1903, foi criada a "Escola Correcional 15 de Novembro" e em 1923, foi autorizada a criação do Juizado de Menores. No restante da década de 20 foram criados o Conselho de Assistência e Proteção aos Menores e o Abrigo de Menores e foi consolidada a legislação no primeiro Código de Menores (Berger, 2005; Faleiros & Faleiros, 2008). O propósito era controlar, reformar e educar aqueles que viviam em situação de pobreza, abandono ou infração, para que se evitasse um mal futuro (Bernardi, 2007).

No governo do presidente Getúlio Vargas (1942) foi criado o Serviço de Assistência ao Menor - SAM - então ligado ao Ministério da Justiça, que equivalia ao Sistema Penitenciário para a população menor de idade, com enfoque assistencialista e tendo como práticas “educativas” o método correccional-repressivo. Em 1964, o SAM foi extinto e com isso criada a Fundação Nacional do Bem-estar do Menor (FUNABEM) no âmbito nacional e, a partir dela, a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM) na esfera estadual, cujo objetivo era evitar a internação de crianças e adolescentes. No entanto, durante a ditadura militar se manteve o atendimento massificado, sob severa disciplina militar, especialmente para os meninos (Bernardi, 2007).

De acordo com Passetti (1991/1996), no final dos anos 70 surge um movimento social com uma nova visão sobre crianças e adolescentes, que apontava a crueldade e ineficácia da prática de internação/confinamento, denunciando a situação de crianças vítimas de abandono e violência. Desta forma, a partir de 1978 - “Ano Internacional da Criança” -, a história de garotos(as) no Brasil começou a ser vista e pesquisada, considerando-os sujeitos com e de sua história. Este fato encorajou a formação de várias associações que tinham como objetivo a defesa dos direitos das crianças e acabou por influenciar na composição do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1990).

Assim, a partir deste percorrido histórico, desde a colonização do Brasil até poucas décadas atrás, observa-se uma desvalorização de crianças e adolescentes como sujeitos ativos e com direitos, assim como a falta de órgãos e políticas públicas que interferissem e garantissem seu bem-estar. A única medida de proteção assistencial oferecida era a institucionalização de crianças abandonadas, negligenciadas ou que cometessem atos infracionais. Pelo exposto, é possível observar que a criança em situação de rua já era tida como um fracasso e que precisava ser corrigida. Como em muitas situações essas crianças e adolescentes eram acolhidos numa mesma instituição, autores de ato infracional ou não, as percepções sobre esses jovens eram negativas e vinculadas à ideia de transgressão. Esses estigmas ficaram enraizados e, mesmo atualmente com a mudança do paradigma da infância e adolescência, assim como da cultura de institucionalização como solução, ainda prevalecem crenças de uma sociedade que se manteve distante desse processo.

Um dos argumentos que possibilita esclarecer o porque da perpetuação da imagem negativa dessas crianças e adolescentes, apesar da promulgação do ECA (Brasil, 1990), foi verificado por Santana (2003), que destacou que o movimento social que deu origem ao ECA (Brasil, 1990), ainda que tenha contado com a participação da sociedade civil, em termos de representatividade social deixou a desejar. A partir dessa constatação, é possível perceber que a noção de criança e adolescente como sujeitos ainda não estava compartilhada por grande parte da sociedade. Essa observação nos permite sugerir que a falta de representatividade social nessa mudança de



paradigma da infância e adolescência está atrelada justamente ao não conhecimento da situação desses indivíduos, interferindo diretamente nas imagens sociais negativas vinculadas às crianças e adolescentes em situação de acolhimento, sendo fruto de um processo histórico que ainda marginaliza essa população.

O ECA (Brasil, 1990) surge então como uma política que confere às crianças e aos adolescentes o lugar de cidadão de direito. Entre estes, destaca-se o direito a convivência familiar e comunitária, prevendo assim o fim do isolamento presente nas instituições de décadas atrás. Também preconiza a desinstitucionalização no atendimento de crianças e adolescentes em acolhimento, o que possibilitou o reordenamento institucional, que prevê que a instituição seja configurada em unidades pequenas, com poucos integrantes, preservando o grupo de irmãos e estimulando a participação em atividades externas, com um atendimento personalizado. Esse posicionamento contribuiu para mudanças importantes no que se refere às instituições de assistência e à sua configuração como um todo, ultrapassando um atendimento estritamente assistencialista e concebendo-as como espaço de socialização e de desenvolvimento (Siqueira & Dell’Aglío, 2006).

Iniciou-se dessa forma um processo de desinstitucionalização de crianças e adolescentes e a distinção entre as medidas de proteção e as medidas socioeducativas (Luvizaro & Galheigo, 2011). A partir deste outro paradigma, o acolhimento institucional é proposto como medida de proteção excepcional e provisória – procurando deste modo quebrar com a ideia da institucionalização como solução das dificuldades – para crianças e adolescentes que tenham tido seus direitos básicos ameaçados ou violados. É dever da família, da comunidade e da sociedade em geral garantir a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, como proposto no Art. 4º pela lei nº 8.069 (1990).

Considerando que o objetivo do acolhimento, então, é a reinserção familiar e comunitária, algumas medidas têm sido propostas. Em 2006, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar propôs como necessário o fortalecimento da família, com o intuito de que esta seja auxiliada e, dessa forma, possa preservar o cuidado de seus filhos. Nesse contexto de mudanças, insere-se a nova Lei Nacional da Adoção (Brasil, 2009) que estabeleceu modificações na legislação quanto ao limite de tempo na instituição, devendo ser de, no máximo, dois anos, salvo comprovada necessidade. A proposta de retorno à família em até dois anos foi estabelecida a partir da observação dos resultados de uma pesquisa, que revelou que mais da metade das crianças permanece na instituição por mais de dois anos, sendo que muitas saíam apenas quando completavam 18 anos (Silva, 2004).

A nova Lei dispõe que a instituição de acolhimento deve ser responsável pelo resgate dos

vínculos, respeitando o tempo máximo previsto de até dois anos de acolhimento. Assim sendo, o acolhimento institucional será uma medida utilizada tanto para proteger a criança/adolescente e para auxiliar a família em sua reorganização. Nesse âmbito insere-se o Plano Individual de Atendimento (PIA) que procura realizar um acompanhamento sistemático da situação do acolhido a partir da avaliação da equipe, em que consta os compromissos firmados com os responsáveis pelo acolhido e uma indicação das atividades que serão desenvolvidas ao longo do período de acolhimento. A proposta de uma avaliação semestral permite um atendimento personalizado e agiliza o processo de reinserção familiar (Silva, M. L. & Arpini, D. M., 2013).

Procurando compreender o público que as instituições recebem, como também os motivos que levam ao acolhimento foi empreendido o Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento (Assis & Farias, 2013). A pesquisa identificou cerca 36.929 crianças e adolescentes residindo de 2.624 serviços de acolhimento – governamentais e não governamentais. Constatou-se que grande parte das unidades era não governamental (58,1%) e que acolhiam em média de zero a dez crianças/adolescentes por unidade (43,8%), sendo na maioria meninos (52,0%), brancos (44%), com uma média de idade de 9,2 anos e tempo de acolhimento em média de 1,8 anos. Entre os motivos que levaram ao afastamento familiar e conseqüente acolhimento institucional, consta a negligência familiar, o abandono pelos pais ou responsáveis, pais e responsáveis dependentes químicos ou alcoolistas. Apesar disso, 62,1% dos acolhidos mantinham vínculos familiares e recebiam visitas na instituição (61,3%).

### **1.3 O acolhimento institucional como fator de risco e/ou proteção**

Apesar do ECA preconizar a estadia numa instituição de acolhimento como medida provisória e excepcional, o tempo de afastamento familiar pode exceder os dois anos propostos pela Nova Lei Nacional de Adoção (Brasil, 2009), como apontam pesquisas (Silva, 2004). Uma permanência prolongada deve considerar as conseqüências dessa vivência para o desenvolvimento dos adolescentes. Ao perder o caráter temporário, a instituição passa a participar da construção da identidade, da autoestima e da aquisição de competências cognitivas, psicológicas e sociais desses jovens (Moré & Sperancetta, 2010).

Considerando essa possibilidade, pesquisas vêm sendo realizadas a fim de compreender os efeitos da institucionalização sobre o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Tais estudos apresentam resultados divergentes, sendo que alguns destacam os fatores de risco dessa vivência, (Andrade, 2011; Carvalho, 2002) e outros as potencialidade que o espaço propicia (Dalbem & Dell’Aglio, 2008; Moré & Sperancetta, 2010; Mota & Matos, 2010; Nogueira, 2013).

Procurando investigar as influências das instituições de acolhimento no desenvolvimento de

adolescentes, Siqueira e Dell’Aglío (2006), por meio de uma revisão da literatura, observaram que estudos mais antigos apontam prejuízos cognitivos que a vivência institucional proporcionava, principalmente no desenvolvimento da linguagem. As crianças e adolescentes também seriam mais agressivas e distraídas, apresentando dificuldades emocionais e de comportamento, assim como a incapacidade de vincular-se afetivamente com outras pessoas. No entanto, também verificaram que outras pesquisas mais recentes indicam uma melhora na qualidade da assistência oferecida pelas instituições, sendo diretamente relacionadas à construção e à implementação do ECA (Brasil, 1990). É preciso entender que grande parte das pesquisas sobre o impacto da institucionalização no desenvolvimento ocorreram em instituições da primeira década do século vinte. No entanto essas entidades eram expressivamente deficitárias em vários domínios – os cuidadores não proporcionavam estimulação e possibilidades de brincar, o atendimento era padronizado –, privando quem estava na instituição de diversos modos, o que condiciona as interpretações desses dados para um determinado período e modo de trabalho (Martins, 2005b).

Embora o ambiente institucional não seja compreendido como ideal para o desenvolvimento devido a alguns aspectos que ainda são resquícios das instituições totais, como o atendimento padronizado, alto índice de acolhidos por cuidador, falta de atividades planejadas, rede de apoio social e afetivo frágeis (Carvalho, 2002), mudanças tem sido realizadas a fim de quebrar com esse paradigma, como a reestruturação dos orfanatos em abrigos de pequeno porte, por exemplo.

Dessa forma, o fato das instituições disponibilizarem um ambiente mais organizado, com a possibilidade de construir novas relações afetivas, parece figurar como um fator de proteção, fornecendo um espaço de socialização e de construção de novos relacionamentos significativos (Dalbem & Dell’Aglío, 2008). Assim, a constituição desse espaço é possível a partir do envolvimento e da disponibilidade dos responsáveis pelos cuidados dos acolhidos – professores, funcionários da escola e em especial funcionários da instituição onde vivem –, que podem identificar as necessidades do adolescente e dessa forma caracterizar sua principal rede de apoio e recursos, influenciando o processo de desenvolvimento (Dalbem & Dell’Aglío, 2008; Fernandes, Santos, & Contijo, 2007; Moré & Sperancetta, 2010; Mota & Matos, 2010) e de perspectivas futuras (Nogueira, 2013).

Alguns estudos tiveram como finalidade justamente apreender a influência que as figuras significativas podem ter no desenvolvimento de adolescentes. Por exemplo, uma pesquisa verificou que apesar das primeiras experiências de apego dos jovens terem sido caracterizadas por falta de responsividade e proteção, vivências de situações abusivas, de exposição a riscos e negligência, essas situações não impediram a formação de novos vínculos significativos, em que as participantes indicaram os monitores como cuidadores importantes na sua infância (Dalbem & Dell’Aglío, 2008).

Outro estudo (Mota & Matos, 2010) observou que as relações com figuras exteriores à família, como o contexto escolar e especialmente as relações na instituição – que aparecem na literatura pouco referenciadas – são preditoras de uma base segura, permitindo o desenvolvimento da assertividade, empatia e autocontrole.

Nogueira (2013) observou que jovens acolhidos veem a instituição como uma grande influência na aquisição de valores morais e sociais, ao contrário de jovens não acolhidos, que aludiram à família a importância de tais aquisições. Isso demonstra que o acolhimento pode ser um fator de proteção para o desenvolvimento social e emocional.

Esses resultados sugerem que a qualidade da relação com os funcionários das instituições, da escola, da comunidade são de extrema relevância e podem potencializar o desenvolvimento e as competências sociais dos adolescentes, afinal é na relação com os outros que as crianças e os adolescentes vão colhendo informações sobre quem são, construindo um conhecimento sobre si próprio, compreendendo-se a partir da relação (Martins, 2005a).

Bronfenbrenner (1979/1996) teorizou sobre a importância de compreender o desenvolvimento ecologicamente, ou seja, entender os adolescentes em acolhimento como “pessoas em desenvolvimento” e considerar este desenvolvimento no contexto em que se está inserido – a instituição, nesse caso. Para esse autor, apesar da instituição ser um contexto possível de desenvolvimento, não fornece um ambiente adequado como seria no meio familiar.

Para muitos autores, assim como para Bronfenbrenner (1979/1996), o afastamento familiar configura-se como um dos principais fatores de risco do acolhimento institucional, entendendo que o pleno desenvolvimento só seria possível no contexto familiar. Com relação a isso, Martins (2005a) faz uma crítica da construção das imagens idealizadas do espaço familiar e da “demonização” das instituições de acolhimento, ponderando que o foco deve ser a qualidade das relações estabelecidas entre o jovem e o contexto em que se desenvolve – seja família ou instituição – e como este responde às necessidades do jovem. O que está em pauta é a construção de relações estáveis e que tenham significado para as partes envolvidas e funcionem como referência. Muitos adolescentes relatam ter experienciado situações de violência no ambiente familiar, o que configura em um fator de risco para o desenvolvimento e demonstra que nem sempre a família é o ambiente de proteção idealizado (Arpini, 2003; Braga, & Dell’Aglia, 2012; Zappe, Moura, Dell’Aglia, & Sarriera, 2013).

Realizando um estudo com adolescentes em situação de risco, Arpini (2003) observou que o discurso destes retratava a instituição como um local que assegurava proteção da violência em que viviam, relatando que as recordações que guardavam desse período eram menos traumáticas do que aquelas relativas à convivência familiar. Isso sugere que a instituição pode representar, mesmo que

temporariamente, a melhor alternativa para quem teve seus direitos violados.

Dessa forma, o acolhimento institucional não possui necessariamente uma influência/força negativa como aquela que marcava as instituições mais tradicionais – como grandes orfanatos –, o que demonstra a necessidade de um comprometimento com relação às suas ações, afinal só assim poderão ser superados os estereótipos negativos que marcaram sua história (Arpini, 2003). Dentro dessa perspectiva, é preciso repensar a relação que a sociedade construiu com as instituições e as famílias, na medida em que os depoimentos nos mostram que a instituição não é sempre vivida como um “mau” lugar, assim como a família nem sempre se configura como protetora. Como salientado por Martins (2005a) e observado nas pesquisas, o foco da discussão deve estar voltado para a qualidade da relação entre o jovem e o contexto em que se desenvolve – seja família ou instituição – e como este responde às suas necessidades, podendo se constituir num espaço de desenvolvimento.

#### **1.4 Profissionais que atuam com jovens em acolhimento institucional: imagens e perspectivas**

Conforme alguns estudiosos, o acolhimento institucional ainda sofre e representa um forte estigma social (Arpini, 2003; Ayres, Coutinho, Sá, & Albernaz, 2010). Não está claro que existam representações específicas e amplamente compartilhadas de quem habita esse espaço (Casas, 2006; Casas, 2010), porém constata-se que despertam pouco interesse tanto social quanto por parte da mídia, que apenas apresenta os casos mais extremos e que não são representativos da maioria dessa população (Casas & Montserrat, 2012). No entanto, algumas características com relação ao público em situação de acolhimento estariam presentes segundo Casas (2010), como, por exemplo, nas seguintes ideias: o melhor é que crianças adotadas não conheçam suas origens; as mães que abandonam seus filhos têm direito ao anonimato; as famílias pobres oferecem a seus filhos uma atenção de baixa qualidade; o mais adequado é afastar as crianças de sua família biológica, porque resultam em um mau exemplo; é preciso tornar mínimo o contato entre eles; não seria adequado os avós acolherem os netos, visto existir uma transmissão geracional de maus tratos; entre outras. Essas concepções remetem à crença de haver uma bagagem negativa que os jovens carregariam consigo (Arpini, 2003) e uma cadeia de violência e negligência geracional, sugerindo um ciclo duradouro (Casas, 2010).

Considerar que o acolhimento possa representar uma possibilidade para esses jovens como um contexto que propicia cuidados e práticas educativas requer que seja realizada uma reflexão sobre o trabalho de quem está em contato com os jovens acolhidos. Configura-se como necessário compreender as crenças e perspectivas dos profissionais que atuam com o público de instituições de acolhimento e analisar suas experiências referentes ao acolhimento, como percebem seu papel no

desenvolvimento e cuidados, assim como a estigmatização sofrida dentro e fora da instituição, afinal suas concepções irão interferir em seu trabalho e refletir nesses jovens. Apesar da considerável relevância do tema, a literatura é limitada, sendo poucos os estudos que dão espaço e voz para esses profissionais.

Por exemplo, no que se refere à própria instituição e seus funcionários, estudos sugerem uma visão negativa das pessoas que atuam nesse espaço, marcado como o lugar da não possibilidade. Assim, a própria instituição acaba mantendo muito preconceito com relação a quem atende, desvalorizando e desqualificando a família, suas histórias e sentimentos em relação à situação de acolhimento, reproduzindo desta forma o estigma social no que se refere às famílias e culpabilizando as crianças/adolescentes pela condição que se encontram (Arpini, 2003).

Dados semelhantes foram constatados por Fraga (2008) em um estudo com agentes educadoras. O discurso das funcionárias da instituição evidencia a presença de uma imagem pejorativa do local, representado como um espaço do excluído e marginalizado, da não possibilidade e do abandono. De maneira geral, parece figurar como lugar angustiante e de sofrimento, sem garantias e perspectivas. Mesmo quando foi possível distinguir durante as entrevistas a percepção de acolhimento como medida protetiva – como postulado pelo ECA (Brasil, 1990), – essa compreensão estava agregada a uma crença negativa desse espaço.

Arpini (2003) observou que profissionais que atendem jovens em situação de acolhimento não apresentam apenas uma crença negativa da instituição como local de possibilidade, mas também dos próprios acolhidos, o que, segundo a autora, acaba influenciando suas práticas de trabalho. Uma pesquisa executada por Fernandes *et al.* (2007) teve como objetivo identificar o conhecimento que os educadores sociais têm da instituição e dos acolhidos que lá se encontram, como também de seu papel no cotidiano do abrigo. Ao explicarem sobre a função do abrigo e seu papel nesse, os educadores transmitiam ansiedade e insegurança na fala, indicando dificuldades em reconhecer o trabalho que realizam. Isso pode estar associado a uma formação “insuficiente”, o que esclareceria as dificuldades de descreverem sua função nesse local. Essa situação também fica evidente pelas respostas incongruentes dos funcionários quando questionados sobre a formação do educador no momento que inicia seu trabalho na instituição. Alguns relataram vários cursos no abrigo, outros apenas um curso após sua entrada na instituição.

Com relação aos acolhidos, há um descrédito de algumas educadoras no que se refere a conseguirem formar bons cidadãos, demonstrando desilusão por acreditarem que os acolhidos não aproveitam o que é oferecido na instituição, o que reflete em uma preocupação de como será o futuro após o desligamento da instituição. Percebe-se o descrédito na possibilidade de futuro promissor para os acolhidos. Esta é uma questão que deve ser bem analisada e abordada, afinal,

conforme os próprios autores (Fernandes *et al.*, 2007) indagaram, se quem trabalha não acredita nesses jovens, quem acreditará? Como eles irão acreditar em si mesmos?

A desilusão dos profissionais não é apenas com relação ao futuro, às capacidades dos jovens em acolhimento institucional, mas também com relação às famílias destes. Apesar de não existirem estudos publicados que explorem as imagens sociais associadas às famílias de jovens em situação de acolhimento, Domingues (2013) revisou estudos que sugerem uma tendência a descrever essas famílias de forma mais negativa, destacando seus problemas e fragilidades. A partir disso, em uma pesquisa inovadora, a autora procurou averiguar quais são as imagens de famílias de crianças e adolescentes em situação de acolhimento. Constatou que as características mais frequentes foram àquelas relativas à instabilidade, à desorganização e não coesão destas famílias, assim como o seu *status* socioeconômico baixo. Estes resultados estão em conformidade com a literatura, uma vez que estas famílias são caracterizadas pelo fato de possuírem um padrão de interação caótico que é, frequentemente, associado às famílias pobres.

Vectore e Carvalho (2008) também identificaram descrenças a respeito das famílias dos acolhidos por parte das funcionárias de uma instituição de acolhimento. A colocação de uma assistente social exemplifica essa situação, pois ela relata ter desistido da mãe de uma das crianças acolhidas, concebendo esta como acomodada à situação pelo auxílio econômico que recebia, o que remete à crença de que indivíduos pobres são desinteressados e preguiçosos (Yunes, Mendes, & Albuquerque, 2005).

Um estudo empreendido em uma Casa Abrigo no interior de São Paulo (Fraga, 2008), apresenta dados que não parecem fugir à regra do já observado. Referente às concepções da criança em acolhimento, a maioria das educadoras apresenta tal criança como muito difícil de lidar, respondona, desobediente e outros aspectos que tornam a convivência e os cuidados difíceis de serem efetivados. Apesar dos dados obtidos serem significativos, a autora realizou uma reflexão fundamental em que cogitou alguns pontos: questionou se essa ideia é realmente expressiva e generalizada para todas as crianças acolhidas, pois algumas educadoras acabam priorizando as dificuldades no momento dos relatos para a descrição.

Apesar de parecer predominar uma visão negativa, tanto do acolhido como de sua família, Sá *et al.* (2008) se deparou com resultados divergentes dos encontrados anteriormente. Teve como propósito compreender o que os profissionais que convivem com crianças e adolescente pensam a respeito de uma série de fatores, entre eles a estigmatização dos adolescentes acolhidos, questionando se acreditam que o adolescente se percebe de algum modo distinto e quem contribuiria para que isso ocorresse. Observou-se uma visão distinta do jovem por parte dos profissionais envolvidos, assim como uma disposição para ajudar esses jovens, o que pode estar

relacionado a concepções e perspectivas distintas desse público. Segundo as profissionais da instituição, a estigmatização parte, sobretudo, da sociedade, sendo esta percebida e sentida pelo jovem. Assim, creem que os jovens percebem-se diferentes – num sentido negativo – quando se comparam a outros adolescentes. Percebem que o seu trabalho está justamente em desconstruir essa percepção e auxiliar que esses jovens consigam se sentir pertencentes a sociedade. Acredita-se que a grande contribuição do estudo é a assimilação de que os jovens são afetados por esse estigma e a possibilidade de refletir sobre as consequências de carregar a marca do indivíduo institucionalizado.

Parece evidente a partir dos dados apresentados anteriormente como as concepções e preconceitos influenciam e guiam as práticas e relacionamentos que estabelecemos. Fraga (2008) traz um exemplo que ilustra essa posição. A autora reparou que a maioria das educadoras de uma instituição manifestava uma concepção da infância - época de brincadeiras, prazer, liberdade, pouca responsabilidade - que não se estendia à infância da instituição, percebida como triste, infeliz, sem liberdade e autonomia. Conforme a autora ressalta, a prática cotidiana é influenciada pelas concepções e crenças a respeito de uma série de questões – nesse caso, a infância. Dessa forma, conceber a criança ou adolescente como infeliz, “coitadinha”, provavelmente está relacionado à ideia de que a instituição é a pior coisa que poderia lhe ocorrer. Com essa postura, vislumbrar novas possibilidades e perspectivas para o acolhido configura uma tarefa difícil, predominando a opinião de que não há muito o que possa ser feito a esse respeito.

Outra perspectiva a ser considerada é a imagem social do acolhido relacionada ao ambiente escolar, um dos contextos primários de socialização. A partir dos atributos que os professores associaram a seus alunos, Santos (2009) definiu o perfil da criança em acolhimento no contexto escolar. Com relação a características pessoais, predominou o aspecto negativo, em que algumas características como instáveis, apáticas, revoltadas, agressivas, sem valores, manipuladoras e mentirosas predominaram. Apesar de verificar a existência de boas alunas, prevaleceu nos relatórios alunos com um fraco desempenho escolar, acompanhado pela falta de conhecimentos e competências, reflexo da história de vida destes alunos como indicado pelos professores. Quanto ao comportamento, com exceção de alguns considerados adequados, são os comportamentos desviantes os mais citados, como distraídas, agressivas, indisciplinadas e desobedientes. Contudo, demonstra-se necessário compreender que estas dificuldades são reflexo de uma história de vida marcada pela separação, assim como pela incapacidade das instituições e entidades escolares em reduzir esses efeitos, acionando respostas e meios para prevenir uma exclusão e potencializar a sua integração social, escolar e profissional.

O estudo realizado por Souza (2012) com professores e orientadores educacionais a respeito do preconceito sofrido por crianças e adolescentes acolhidos em contexto escolar encontrou



resultados equivalentes que sugerem crenças negativas a respeito dessas crianças e adolescentes. Parece existir um receio dos próprios professores em lidar com essa situação, o que impede que percebam a importância de serem figuras de referência na vida de quem está em acolhimento institucional, possibilitando o desenvolvimento das crianças e adolescentes e contribuindo, assim, para uma construção de identidade saudável desses indivíduos.

A simples caracterização dos jovens como portadores de dificuldades e insucessos conduz a um reducionismo que impossibilita a compreensão do porque dessas dificuldades, em que se desconsidera como a situação em que o jovem se encontra se reflete no comportamento caracterizado de desviante. Conceber que o insucesso do jovem tende a ser causa da desmotivação, e por consequência, da repetição do insucesso – um ciclo cumulativo – torna possível não somente a compreensão do comportamento, mas também produz a possibilidade de outro modo de ver e trabalhar com o acolhido. O insucesso tende a baixar a autoestima do adolescente, convencendo-o da sua incapacidade para melhorar. Para superar o sentimento de inferioridade, é frequente o jovem procurar outras formas de se afirmar, sendo a maior parte das vezes através de comportamentos de indisciplina e de violência (Santos, 2009).

Casas e Montserrat (2012), em um trabalho realizado na Espanha, ressaltam que é abundante a literatura científica que indica que crianças e adolescentes em acolhimento institucional acumulam um conjunto de circunstâncias que podem situá-los em clara desigualdade de oportunidades educativas, com consequência de risco de exclusão social. Dados indicam, por exemplo, a baixa qualificação profissional de egressos de instituições de acolhimento. Dessa forma, o máximo que a sociedade espera no sentido educacional é que jovens acolhidos sejam trabalhadores não qualificados.

É interessante fazer um paralelo entre as percepções dos profissionais e dos acolhidos, o que pouco se encontra na literatura. Apesar dos estudos anteriores sugerirem a predominância de comportamentos inadequados e falta de implicação, os adolescentes relataram um desejo de não fracassar, de terem uma história distinta de seus pais e de outros acolhidos. Lutam contra o estigma de que uma instituição é o mesmo que ser fracassado e/ou delinquente. Segundo esses jovens, fatores como a necessidade de serem independentes com a chegada da maioridade faz com que renunciem ou atrasem seus estudos. Associado a isso, a instituição exerce uma pressão no sentido de realizarem seus estudos numa modalidade mais curta, para que possam focar na procura de emprego para manterem-se economicamente (Casas & Montserrat, 2012).

Atenta-se ao fato de que os educadores mostram-se preocupados pelo futuro dos adolescentes após o desligamento da instituição, sugerindo a busca de empregos e a finalização dos estudos básicos. Percebe-se que também é inquietante e angustiante para os agentes saber como será

o depois para o jovem que antes somente tinha a instituição como referência, porém a falta de incentivo acaba por desencorajá-los, em que assumem esse papel mais limitado que outros adolescentes não adotam (Casas & Montserrat, 2012). Vectore e Carvalho (2008) também se depararam com o descrédito no futuro educacional dos jovens como é possível perceber pelo discurso de um gestor da instituição de acolhimento “Infelizmente, não são todas as pessoas que têm condições de cursar um curso superior. Então tem que preparar pra ser um profissional capaz dentro da sua limitação” (p. 444). Apesar de serem trabalhos distintos, é interessante notar como as crenças dos profissionais podem ser semelhantes, assim como condutoras de suas ações.

Constata-se que as imagens sociais e crenças dos profissionais que trabalham com jovens divergem de um estudo para o outro, porém é possível observar a predominância de aspectos negativos principalmente a partir dos discursos observados. Considerando esse aspecto, podemos retomar o trabalho de Martins (2005a) que explicitou que a identidade vai se forjando a partir do olhar do outro, um outro significativo, que aos poucos vai sendo interiorizado pelo indivíduo auxiliando na construção de sua identidade. Assim, a constituição do sujeito se dá a partir da relação com o outro. Se esse outro não vê possibilidades para o acolhido, torna-se mais difícil que o jovem acredite em seu potencial.

Dessa forma mostra-se necessário pensar o acolhimento a partir da perspectiva dos profissionais e como isso permeia seu trabalho. Um exemplo é um trabalho intitulado "O abrigo como possibilidade" (Fundação ABRINQ, 2006) que reuniu diversos profissionais que debateram sobre o tema. O propósito era analisar e refletir sobre as conquistas, assim como as contradições e paradoxos das instituições de acolhimento, procurando superar modos massificantes de atendimento anteriormente aceitos e praticados. Alguns aspectos necessários ao educador nas instituições de acolhimento, segundo os próprios profissionais, são:

- Precisa ser bem informado, atualizado, conhecer a realidade social na qual trabalha, caso contrário pode culpar a mãe, a avó ou a própria criança, pela situação em que estão (p.13);
- É importante ter clareza do significado do que faz, para não se tornar um tarefeiro, executando coisas sem saber por quê (p. 13);
- Precisa buscar constantemente sua formação. Tem necessidade de se realimentar, trabalhar suas angústias e dúvidas, refletir firmemente sobre seu papel, para descobrir saídas criativas a partir das dificuldades que encontra (p.13);
- Querer que a criança ou a família corresponda à sua expectativa. Muitas vezes a expectativa do educador não é a da criança ou a da sua família.

Uma fala significativa de um educador desse projeto foi “Você tem que entender o jeito da criança se comunicar. Às vezes ela faz o contrário, é agressiva mas está querendo chegar perto; se

você não souber como lidar, você se afasta e afasta a ela também”. Semelhante discurso reflete a importância da formação continuada dos educadores para compreender e atender com eficiência as demandas educativas e emocionais dos acolhidos (Arpini, 2003; Berger, 2005; Dalbem & Dell’Aglío, 2008; Fernandes, Santos, & Contijo, 2007; Marques, 2006; Martins, 2005b; Sá, Grilo, & Trigo, 2008; Santos, 2009).

Assim, considerando os estudos revisados, torna-se necessário refletir: qual seria o papel de mudança atribuído à instituição e aos profissionais que nela se encontram? Como isso poderia afetar suas práticas de trabalho e as crenças tão naturalizadas? Questionar isso remete à possibilidade de afrontar uma realidade que ainda perpetua a exclusão. Busca-se manter ou mudar essa lógica?

## **OBJETIVO**

Apesar das mudanças propostas pelo ECA (Brasil, 1990), o discurso de desvalorização da instituição e do público que lá se encontra ainda é marcadamente presente nas falas dos profissionais que de alguma forma têm contato com jovens em situação de acolhimento institucional. Deve-se considerar, no entanto, a importância desses profissionais em acreditar no crescimento desses jovens a partir da contribuição de seu trabalho. Dessa forma, este é um estudo quantitativo que tem por objetivo investigar a imagem social sobre jovens em situação de acolhimento, a partir da percepção de pessoas que têm/tiveram contato com essa população e daquelas que não tiveram contato, procurando, deste modo, observar se há semelhança ou discrepância de opinião entre esses dois grupos.

## Capítulo II – METODOLOGIA

Este trabalho faz parte de um estudo maior realizado a partir de uma parceria entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), com o projeto de pesquisa intitulado “As imagens sociais de crianças e jovens institucionalizados”, desenvolvido, no Brasil, pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Adolescência (NEPA – UFRGS), coordenado pela Profa. Dra. Débora Dalbosco Dell’Aglío. Para este trabalho foi utilizado o banco de dados do estudo, buscando analisar as percepções dos participantes, quantos às imagens sociais de jovens típicos e jovens institucionalizados.

### Participantes

Participaram do estudo 224 leigos e profissionais, caracterizando a amostra como de conveniência. Os dados foram coletados em diferentes municípios do Rio Grande do Sul, como Porto Alegre, Rio Grande, Osório e Santa Maria. Os participantes tinham idades entre 18 e 71 anos ( $M=33,97$ ,  $DP=11,41$ ), sendo a maioria do sexo feminino (83,6%), solteiro (52,1%), com ensino médio (11,5%) ou curso superior (84,7%), sendo mais frequentes os profissionais da área da psicologia (30,2%) e serviço social (17,5%). A amostra que trabalha ou já teve contato com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco contabilizou 68,4%, sendo 37,4% na área de assistência social, 20,1% na área de educação, 17,8% na área de saúde e 5,1% na área da justiça (questão de múltipla escolha).

### Instrumento

O questionário utilizado nesta pesquisa (Anexo A) foi construído a partir de um estudo maior que tinha como objetivo explorar quais as imagens associadas às crianças e jovens em acolhimento institucional assim como as imagens de crianças e adolescentes de estatuto socioeconômico baixo e médio. Para o estudo foi inicialmente feito um levantamento das imagens sociais das crianças e adolescentes através de um questionário aberto com quatro versões distintas: 1) criança de *status* socioeconômico baixo e criança institucionalizada; 2) criança de *status* socioeconômico médio e criança institucionalizada; 3) jovem com *status* socioeconômico baixo e jovem institucionalizado; 4) jovem com *status* socioeconômico médio e jovem institucionalizado. No início de cada questionário era apresentada uma introdução e os objetivos do estudo. A partir disto os participantes eram solicitados a escrever cinco características que associavam com o alvo que a história estava expondo.

A partir da análise e categorização das palavras atribuídas às crianças e jovens em

acolhimento, como também as de crianças e jovens que conviviam com suas famílias, sendo estas de nível socioeconômico baixo ou médio, foi elaborado um questionário fechado com as palavras mais frequentes identificadas no questionário aberto. A partir disso, foi construído o questionário utilizado neste estudo, com 37 palavras de valência tanto negativas quanto positivas. Cada participante deveria assinalar em uma escala *likert* de 5 pontos, o quanto considerava que as características descreviam muito ou pouco um jovem típico brasileiro e um jovem institucionalizado. Posteriormente as mesmas palavras foram apresentadas, sendo solicitada a avaliação das palavras quanto à sua valência (positiva, negativa ou neutra)

O instrumento também solicitava dados sociodemográficos, como idade, sexo, escolaridade, estado civil e renda, informações sobre a área de trabalho– saúde, educação, assistência social e/ou justiça. Além disso, havia uma questão para avaliar se os participantes do estudo têm/tiveram contato com crianças e jovens em situação de risco e vulnerabilidade.

### **Procedimento**

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS (parecer nº 420.578; Anexo B). Os participantes foram acessados por conveniência, em diferentes instituições de acolhimento institucional das cidades participantes e em locais de circulação pública, sendo convidados a participar do estudo. Foram oferecidas informações sobre os objetivos do estudo, sobre a voluntariedade da participação, a garantia de sigilo das informações pessoais e a possibilidade de desistência a qualquer momento do estudo. Os participantes que concordaram em participar assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE; Anexo C).

Os dados do instrumento foram digitados em planilha eletrônica e foram realizadas análises descritivas e inferenciais.

### Capítulo III – RESULTADOS

Os resultados da análise comparativa sobre as imagens sociais de jovens em acolhimento institucional e jovens típicos podem ser observados na Tabela 1. Também foram verificadas as médias em cada característica, observando o grupo de participantes que teve contato com jovens em situação de vulnerabilidade e o grupo dos que não tiveram contato.

Tabela 1.

Médias e Desvios Padrão das Características de Jovens Típicos e em Acolhimento Institucional

Características	Jovens típicos	Jovens institucionalizados	<i>t</i>	<i>p</i>
1. Agressivo	3,02 (0,72)	3,57 (0,79)	8,080	<0,001
2. Amado	3,01 (0,70)	2,44 (0,79)	7,769	<0,001
3. Ansioso	3,70 (0,79)	3,88 (0,80)	2,520	<0,012
4. Apresentável	3,00 (0,70)	2,53 (0,75)	6,980	<0,001
5. Baixa Autoestima	3,05 (0,74)	3,55 (1,06)	6,125	<0,001
6. Batalhador	3,03 (0,82)	2,58 (0,87)	6,239	<0,001
7. Bom Aluno	2,71 (0,62)	2,44 (0,82)	3,920	<0,001
8. Calmo	2,47 (0,66)	2,24 (0,77)	3,628	<0,001
9. Carente	3,37 (0,88)	3,92 (0,99)	6,917	<0,001
10. Carinhoso	2,94 (0,72)	2,83 (0,77)	1,699	<0,091
11. Ciumento	3,26 (0,75)	3,19 (0,73)	1,074	<0,284
12. Com problemas	3,48 (0,84)	4,07 (0,85)	7,75	<0,001
13. Confiante	2,77 (0,82)	2,34 (0,80)	6,212	<0,001
14. Descontraído	3,34 (0,85)	2,70 (0,14)	9,035	<0,001
15. Desinteressado	3,16 (0,82)	3,33 (0,82)	2,29	<0,023
16. Desmotivado	3,12 (0,91)	3,50 (0,92)	4,41	<0,001
17. Educado	2,83 (0,75)	2,60 (0,76)	3,314	<0,001
18. Empenhado	2,76 (0,76)	2,48 (0,82)	4,406	<0,001
19. Estável	2,63 (0,76)	2,43 (0,92)	2,778	<0,006
20. Feliz	3,12 (0,75)	2,50 (0,81)	9,258	<0,001
21. Frustrado	2,98 (0,79)	3,51 (0,91)	6,4	<0,001
22. Humilde	2,82 (0,80)	2,93 (0,84)	1,49	<0,137
23. Inseguro	3,38 (0,82)	3,62 (0,91)	3,18	<0,002
24. Inteligente	3,35 (0,82)	3,06 (0,69)	4,596	<0,001
25. Introverso	2,87 (0,78)	3,03 (0,74)	2,24	<0,026
26. Protegido	2,67 (0,80)	2,46 (1,00)	2,436	<0,016

27. Responsável	2,68 (0,76)	2,60 (0,78)	1,213	<0,227
28. Revoltado	3,22 (0,89)	3,75 (0,93)	6,39	<0,001
29. Saudável	3,10 (0,85)	2,93 (0,73)	2,453	<0,015
30. Sensível	3,03 (0,79)	3,08 (0,84)	0,67	<0,503
31. Sociável	3,07 (0,93)	2,72 (0,80)	4,743	<0,001
32. Sonhador	3,59 (0,95)	3,28 (0,92)	4,280	<0,001
33. Sozinho	2,91 (0,84)	3,55 (0,97)	7,56	<0,001
34. Trabalhador	2,93 (0,85)	2,71 (0,79)	3,118	<0,002
35. Traumatizado	2,92 (0,82)	3,75 (0,93)	10,73	<0,001
36. Triste	2,82 (0,79)	3,50 (0,89)	8,92	<0,001
37. Vulnerável	3,39 (0,85)	3,91 (0,91)	7,14	<0,001

Concernente ao jovem típico, as médias totais das características variaram de 2,48 a 3,73 (M=3,04; DP=0,28), sendo que as médias mais altas foram relativas às características ansioso, sonhador, com problemas, carente e inseguro e as mais baixas nas características calmo, estável, protegido, responsável e bom aluno. Quanto aos jovens em acolhimento, as médias variaram de 2,24 a 4,07 (M=3,07; DP=0,54), com médias mais altas nas características com problemas, carente, ansioso, traumatizado e inseguro e as mais baixas nos atributos calmo, confiante, estável, amado e bom aluno.

No que se refere às análises (Teste *t* para Amostras Pareadas) considerando jovens típicos e jovens em acolhimento institucional, foram observadas diferenças significativas ( $p < 0,05$ ) na maioria das características. Foram observadas médias mais altas entre os jovens típicos nas características apresentável, batalhador, calmo, carinhoso, ciumento, confiante, descontraído, empenhado, estável, feliz, inteligente, responsável, saudável, sociável, sonhador e trabalhador; e entre os jovens em acolhimento institucional nas características agressivo, ansioso, baixa autoestima, carente, com problemas, inseguro, revoltado, sensível, traumatizado, triste e vulnerável. Nas demais características não foram observadas diferenças significativas. Atenta-se para o fato, como os resultados sugerem, de que características consideradas como positivas de modo geral foram associadas ao jovem típico, enquanto os atributos que seriam mais negativos foram atribuídos aos jovens em situação de acolhimento.

Tabela 2.

Médias e desvio padrão das características de jovens típicos e em acolhimento institucional por grupo de participantes (sem contato e com contato)

Características	Típicos		Institucionalizados	
	Sem contato	Com contato	Sem Contato	Com contato
1. Agressivo	2,99 (0,80)	3,11 (0,72)	3,47 (0,88)	3,62 (0,74)
2. Amado	3,04 (0,74)	2,99 (0,70)	2,35 (0,83)	2,48 (0,78)
3. Ansioso	3,91 (0,73)*	3,67 (0,77)	3,70 (0,96)	3,98 (0,70)*
4. Apresentável	2,91 (0,81)	3,04 (0,67)	2,38 (0,83)	2,60 (0,70)
5. Baixa	2,97 (0,79)	3,11 (0,73)	3,55 (1,24)	3,57 (0,97)
Autoestima				
6. Batalhador	3,31 (0,89)*	2,87 (0,77)	2,88 (0,90)*	2,43 (0,83)
7. Bom Aluno	2,79 (0,72)	2,66 (0,60)	2,56 (0,96)	2,38 (0,75)
8. Calmo	2,39 (0,71)	2,51 (0,64)	2,33 (0,90)	2,20 (0,71)
9. Carente	3,36 (1,01)	3,38 (0,84)	3,97 (1,02)	3,91 (0,99)
10. Carinhoso	3,06 (0,77)	2,85 (0,69)	2,70 (0,87)	2,89 (0,71)
11. Ciumento	3,34 (0,78)	3,20 (0,75)	3,24 (0,84)	3,18 (0,68)
12. Com	3,70 (0,90)*	3,42 (0,79)	4,02 (0,93)	4,13 (0,80)
problemas				
13. Confiante	2,88 (0,87)	2,69 (0,78)	2,39 (0,95)	2,30 (0,71)
14. Descontraído	3,57 (0,85)*	3,24 (0,82)	2,56 (0,93)	2,74 (0,72)
15.	3,03 (0,95)	3,24 (0,80)	3,24 (0,91)	3,39 (0,77)
Desinteressado				
16. Desmotivado	2,94 (1,02)	3,26 (0,86)*	3,52 (1,05)	3,51 (0,86)
17. Educado	2,96 (0,86)	2,76 (0,71)	2,62 (0,83)	2,57 (0,73)
18. Empenhado	3,04 (0,78)*	2,65 (0,76)	2,61 (0,89)	2,39 (0,76)
19. Estável	2,64 (0,88)	2,59 (0,72)	2,36 (0,92)	2,46 (0,92)
20. Feliz	3,27 (0,79)*	3,03 (0,73)	2,47 (0,84)	2,49 (0,79)
21. Frustrado	2,88 (0,86)	3,01 (0,77)	3,55 (1,05)	3,49 (0,86)
22. Humilde	2,96 (0,87)	2,78 (0,79)	3,02 (0,77)	2,91 (0,89)
23. Inseguro	3,36 (0,96)	3,44 (0,79)	3,56 (0,96)	3,65 (0,89)
24. Inteligente	3,46 (0,85)	3,27 (0,82)	3,09 (0,69)	3,03 (0,69)
25. Introverso	2,82 (0,77)	2,93 (0,81)	3,08 (0,84)	3,00 (0,70)
26. Protegido	2,61 (0,87)	2,69 (0,78)	2,36 (1,00)	2,50 (1,01)
27. Responsável	2,69 (0,85)	2,63 (0,69)	2,67 (0,86)	2,58 (0,75)
28. Revoltado	3,25 (1,00)	3,27 (0,83)	3,79 (0,96)	3,75 (0,91)
29. Saudável	3,01 (0,89)	3,15 (0,87)	2,83 (0,79)	2,98 (0,72)
30. Sensível	2,97 (0,79)	3,06 (0,82)	3,03 (0,96)	3,15 (0,77)
31. Sociável	3,25 (0,97)*	2,97 (0,88)	2,74 (0,88)	2,71 (0,74)



32. Sonhador	3,97 (0,83)*	3,38 (0,94)	3,44 (0,87)	3,20 (0,91)
33. Sozinho	2,82 (0,85)	2,98 (0,85)	3,65 (1,10)	3,51 (0,90)
34. Trabalhador	3,16 (0,94)*	2,79 (0,81)	2,79 (0,90)	2,70 (0,74)
35. Traumatizado	2,84 (0,96)	2,97 (0,72)	3,77 (1,00)	3,73 (0,91)
36. Triste	2,81 (0,85)	2,86 (0,78)	3,53 (1,04)	3,49 (0,83)
37. Vulnerável	3,28 (0,96)	3,49 (0,81)	3,74 (1,04)	3,99 (0,87)

\*p<0,05

As análises, através do Teste *t* para amostras independentes, considerando quem teve contato e quem não teve contato com jovens em situação de vulnerabilidade, demonstrou que algumas características apresentaram diferença significativa. Com relação aos jovens típicos foram: ansioso (p<0,03), batalhador (p<0,01), com problemas (p<0,025), descontraído (p<0,008), desmotivado (p<0,018), empenhado (p<0,001), feliz (p<0,036), sociável (p<0,038), sonhador (p<0,01) e trabalhador (p<0,004). Na maioria delas as médias foram maiores no grupo de participantes que não teve contato com jovens em situação de vulnerabilidade, com exceção da característica desmotivado, que apresentou média mais alta entre os participantes que tiveram contato. Em relação aos jovens em acolhimento, apenas dois atributos apresentaram médias com diferença significativa entre os dois grupos de participantes (com contato e sem contato): ansioso (p<0,02) e batalhador (p<0,001), sendo que a característica ansioso apresentou uma média maior no grupo de participantes que têm contato com os jovens em vulnerabilidade e o atributo batalhador foi percebido como menor por esses participantes. Assim para quem tem contato com jovens em situação de vulnerabilidade, os jovens em situação de acolhimento seriam mais ansiosos e menos batalhadores.

## Capítulo IV - DISCUSSÃO

### As imagens sociais dos jovens

A partir da observação dos resultados referentes às médias totais que cada grupo obteve - jovens típicos e jovens em acolhimento institucional – atenta-se para o fato de as características atribuídas serem muito semelhantes, exceto a característica traumatizado que foi associada apenas ao grupo de jovens em acolhimento institucional. Percebe-se que, independente do grupo, o jovem/adolescente foi representado por atributos que expressam uma conotação negativa desses indivíduos, com características como ansioso, com problemas, carente e inseguro (médias altas). O que seria considerado uma qualidade, como, por exemplo, bom aluno, responsável e estável obteve os escores mais baixos, o que reforça a percepção negativa que os participantes da pesquisa apresentam do jovem, típico ou em situação de acolhimento.

Essa imagem associada ao adolescente como um indivíduo com problemas, em constantes conflitos está muito atrelada à concepção da adolescência difundida pela Psicologia. Segundo os teóricos da vertente psicanalítica, a adolescência é um período em que o indivíduo está em um processo de transformação, não apenas fisicamente (mudanças corporais decorrentes da puberdade), mas também imerso em um processo de revisão de seu mundo interno, objetivando a adaptação ao novo corpo e às exigências sociais decorrentes dessa nova posição (Aberastury, 1980; Knobel, 1981; Levy, 2001). Defendem que é um processo que será influenciado por implicações externas e peculiares de cada cultura, porém que apesar disso, é um período universal e inevitável, tanto que Knobel (1981) definiu como Síndrome Normal da Adolescência, em que alguns comportamentos seriam naturais desse processo, como lutos e crises de identidade, busca de si mesmo, tendência grupal, necessidade de fantasiar, crises religiosas, rebeldia e desequilíbrios, atitudes reivindicatórias, flutuações de humor e contradições sucessivas. De acordo com Bock (2004), isso permitiu uma naturalização da adolescência como uma fase do desenvolvimento que se apresenta carregada de conflitos e com determinadas características.

A compreensão que se tem dessa fase como marcada por conflitos e rebeldias está associada ao trabalho que a psicologia desenvolveu de modo geral, em que ao discutirem sobre fenômenos psicológicos, apresentam como se fosse algo da natureza humana, do qual somos dotados desde o nascimento (Bock, 2004). Dessa forma, o mesmo ocorreu com a adolescência, entendida como um período aguardado, permeado por uma crise, com características próprias (Ozella, 2002).

Um exemplo que difunde a adolescência como fase natural do desenvolvimento humano e defende a ideia de que é inerente sua passagem são os livros destinados a pais e professores que têm como propósito auxiliar o entendimento e propor modos de educar durante essa “difícil” fase.

Nesses livros, a adolescência é pensada como se fizesse parte da natureza humana, sendo que desabrocharia no final da infância e antes da entrada na vida adulta (Bock, 2004).

Procurando desconstruir essas concepções cristalizadas, trabalhos vêm sendo realizados com o intuito de precisamente repensar o que foi denominado adolescência-aborrecência e ultrapassar o imaginário construído dessa fase. Modelos com uma visão contextualista, que enfatizam a interação do indivíduo e do ambiente, assim como o papel do tempo nessa relação foram surgindo. Nesse sentido, o Modelo Ecológico de Bronfenbrenner (1979/1996) é uma das abordagens que compreende e investiga o jovem em seu contexto específico. Depreende-se que os ambientes influenciam o curso do desenvolvimento e, simultaneamente, que os jovens influenciam os contextos direta ou indiretamente. Esse posicionamento tem permitido compreender o desenvolvimento e suas características associados a um determinado contexto específico e, assim, ultrapassar uma visão da adolescência como uma fase de turbulência e instabilidade (Senna & Dessen, 2012).

A compreensão de que objetivos, valores e crenças são construídos e condicionados por determinado contexto, fica evidente na pesquisa realizada por Ozella (2008). Esta procurou examinar a concepção de adolescência/adolescente presente no discurso dos jovens e como estes viam a passagem para a vida adulta. Participaram jovens de distintas camadas sociais, etnias, idades, escolaridade e sexo. Quando os autores do estudo focalizaram jovens pertencentes às classes com renda mais baixa, foi possível observar características dos adolescentes diferentes do que é apresentado nos manuais de Psicologia. Foi observado que esses adolescentes falam de sofrimento, do medo de não ter trabalho, de não conseguir sustentar a família; de uma família percebida como um apoio e não como aquela dos tradicionais conflitos; da necessidade do esforço pessoal para conseguir qualquer emprego, não citando os esperados conflitos profissionais, nem com relação à universidade. É possível então identificar um adolescente com outras demandas, percepções e propósitos daqueles até então esperados pela sociedade. Nesse sentido, uma das críticas realizadas tanto por Bock (2004) quanto por Ozella (2002) é que a caracterização do adolescente é baseada em um único tipo de jovem, a saber, branco, ocidental, burguês, oriundo geralmente da Europa ou dos Estados Unidos, negligenciando as diferenças entre os grupos das diferentes classes sociais e de culturas distintas.

Considerando os aspectos discutidos, pode-se pensar na hipótese de que os resultados obtidos, em que o jovem de modo geral apresentou atributos negativos, estão ainda associados a uma concepção prévia e naturalizada desse período como conflituoso. Seria a conhecida “aborrecência”, difundida como universal e intrínseca ao ser humano. Dessa forma, quando os participantes foram solicitados a caracterizar o jovem de modo geral, compreende-se que

reproduziram o que socialmente se espera do adolescente, principalmente referente à imagem de uma turbulência emocional que se externalizaria através do comportamento.

A partir das características atribuídas aos jovens e dos estudos mencionados anteriormente, percebe-se que o adolescente, independente de suas particularidades, ainda é associado a um indivíduo com problemas, inseguro, carente e ansioso. As imagens sociais que uma sociedade constrói gera um conjunto de saberes implícitos e enraizados que permeiam as relações, podendo limitar assim outros modos de pensar e de experienciar fora dessa lógica dominante.

### **Imagens sociais do jovem típico e do jovem em acolhimento institucional**

Posteriormente, procurou-se verificar se havia diferença entre os dois grupos – jovens típicos e jovens em acolhimento institucional. Observou-se que o grupo composto por jovens típicos foi caracterizado como apresentável, batalhador, calmo, carinhoso, ciumento, confiante, descontraído, empenhado, estável, feliz, inteligente, responsável, saudável, sociável, sonhador e trabalhador, predominando dessa forma aspectos positivos com relação a esse público. No entanto, no que se refere ao grupo de jovens em situação de acolhimento, verifica-se que o que lhe caracterizou de maneira hegemônica são aspectos negativos, como agressivo, ansioso, com baixa autoestima, carente, com problemas, inseguro, revoltado, sensível, traumatizado, triste e vulnerável.

Alguns estudos indicam que, apesar de não haver um consenso quanto às imagens associadas a crianças e adolescentes em situação de acolhimento, estes são rotulados socialmente e prevalecem imagens negativas associadas a esse grupo (Casas, 2006; Casas, 2010; Casas & Montserrat, 2012; Casas, Cornejo, Colton & Scholte, 2000) e à própria instituição de acolhimento (Arpini, 2003; Ayres *et al.*, 2010).

As imagens associados a essa camada da população são o resultado de concepções construídas e cristalizadas no imaginário social. Um dos aspectos que parece estar associado a esses atributos negativos refere-se à idealização da família como aquela que possibilitaria o pleno desenvolvimento dos adolescentes. Torna-se possível sugerir esse aspecto, visto que o jovem típico – aquele que reside com a família – obteve em sua grande maioria atributos positivos, o que indica que ainda existe a crença de que a família bem-estruturada é aquela que propicia o desenvolvimento e fornece os cuidados adequados às crianças e aos adolescentes (Arpini, 2003; Vectore & Carvalho, 2008; Domingues, 2013).

Considerando então a importância que a família assume perante a sociedade no que se refere a formação de sujeitos, fica evidente que a família do adolescente acolhido, na concepção social, não conseguiu cumprir seu papel, sendo caracterizada como desestruturada (Domingues, 2003) e acomodada à situação em que se encontra (Vectore & Carvalho, 2008). Pesquisas indicam que o

jovem acolhido acaba sendo englobado por essas crenças, sendo percebido como uma extensão de sua família e carregando consigo as mesmas características associadas àquela (Arpini, 2003; Casas, 2010).

Um outro aspecto que permeia as imagens negativas associadas ao jovem em acolhimento advém das antigas instituições totais, marcadas por práticas violentas que eram sinônimo de educação e disciplina (Arpini, 2003). A FEBEM, por exemplo, impunha a violência como método disciplinar e correccionalista para os jovens autores de atos infracionais, o que possibilitou a construção no imaginário social de um local marcado pela não possibilidade. Apesar de mudanças terem sido efetuadas, como a implementação do ECA (Brasil, 1990), em que crianças e adolescentes ocupam agora uma posição de sujeitos com direitos, Santana (2003) acentuou a pouca representatividade da sociedade civil nessa luta, o que pode ter como efeito e consequência a continuidade da circulação das imagens negativas tanto das instituições quando de quem está em situação de acolhimento.

Dessa forma, percebe-se que diferentes lógicas atuam como constituintes da estigmatização desses jovens. Há uma idealização da instituição familiar, porém não de qualquer família, mas aquela tradicional e bem estruturada, como um lugar privilegiado e protetor. A concepção da infância como feliz, época de brincadeiras, por exemplo, não se estende à infância da instituição de acolhimento, percebida como triste, infeliz e sem liberdade (Fraga, 2008). Assim, instituição é marcada como o lugar do marginalizado, da exclusão, sendo um discurso ainda reproduzido pelos próprios profissionais que atuam no local.

A situação de acolhimento institucional confere, assim, aos adolescentes uma imagem social que marca-os como “diferentes” perante a sociedade, podendo convertê-los em alvo de preconceito, exclusão e estigmatizações (Rodrigues, Gava, Sarriera, & Dell’Aglia, 2014).

Algumas pesquisas observaram justamente como as imagens associadas a um determinado grupo – crianças e adolescentes em acolhimento institucional – podem prejudicar esses indivíduos. Santos (2009) percebeu que focar apenas no insucesso de crianças e adolescentes tende a baixar a autoestima destes, convencendo-os da sua incapacidade para melhorar. Assim, o jovem conforma-se com a situação por não conseguir superar esse estereótipo, tornando-se preso a um ciclo de fracasso. Apesar das consequências da estigmatização em vários âmbitos da vida do indivíduo, apenas recentemente estudos têm se preocupado em compreender os efeitos psicológicos desses processos (Rodrigues *et al.*, 2014).

Estudos verificaram que crianças e adolescente acolhidos apresentam percepção quanto ao preconceito associado a eles (Rodrigues *et al.*, 2014; Sá *et al.*, 2008). Por exemplo, Casas e Montserrat (2012) verificaram que os adolescentes procuravam se desprender da imagem

associadas a eles de fracasso e marginalidade, procurando sobressair nos estudos e com isso não repetir uma história de insucessos que outros acolhidos carregam. Essa constatação evidencia como o jovem acolhido carrega consigo uma imagem associada ao descrédito, sendo percebida e sentida por esse indivíduo, que busca de algum modo se desvincular de tal estigma.

### **Imagens sociais do jovem em acolhimento institucional: perspectivas de quem tem contato e de quem não tem contato.**

Considerando que o objetivo do estudo foi analisar e compreender quais eram as imagens sociais associadas ao jovem em situação de acolhimento por sujeitos que tiveram contato com esse público, apenas duas características apresentaram diferença significativa: ansioso (média alta) e batalhador (média baixa). Dessa forma, para indivíduos que têm/tiveram contato com adolescentes acolhidos, estes seriam mais ansiosos e menos batalhadores.

Algumas hipóteses são possíveis de sugerir a partir dos resultados obtidos. Os participantes do estudo, em sua grande maioria, são sujeitos com alguma graduação, sendo mais frequentes os profissionais da psicologia e da assistência social. Assim, é preciso considerar a possibilidade de serem indivíduos com um conhecimento mais crítico com relação ao adolescente acolhido, compreendendo a situação que este se encontra, suas dificuldades e potencialidades. Com relação a isso, não distingue o jovem acolhido do jovem típico como sendo um adolescente com atributos distintos ou com maiores dificuldades, sugerindo então uma compreensão diferenciada do observado nos estudos discutidos anteriormente.

Apresenta-se como essencial que indivíduos que trabalham ou de alguma forma mantêm contato com esses jovens possam conceber estes como indivíduos únicos, com características particulares e propósitos pessoais. Considerando que a sociedade é atravessada por uma série de concepções construídas e percebidas como naturais, é esperado que as práticas cotidianas sejam perpassadas por essa lógica, influenciando o trabalho a ser realizado.

A partir disso, quando se observa que os profissionais que trabalham no âmbito do acolhimento apresentam uma série de crenças pré concebidas sobre a instituição, o modo desta operar e seu próprio trabalho, torna-se possível supor que esses profissionais não consigam conceber o contexto institucional como um local de possibilidades, podendo proporcionar o desenvolvimento. O ambiente se constitui assim como o lugar do marginalizado, do abandonado e da não possibilidade, em que essa imagem negativa do "não" acaba por ser associada ao próprio acolhido como sendo aquele com múltiplas dificuldades (Arpini, 2003; Fraga, 2008), um sujeito permeado por uma história de insucessos e condicionado a esta (Santos, 2009).

Martins (2005a) frisa que o desenvolvimento saudável se dá a partir da qualidade da relação

estabelecida entre o jovem e o contexto em que este está inserido. A saber, a qualidade da relação entre os cuidadores com os adolescentes para a constituição destes é de extrema relevância. É necessário considerar que a identidade que o indivíduo vai forjando ocorre a partir do olhar do outro, sendo este constitutivo (Martins 2005b). Pesquisas indicam que o acolhimento institucional pode ser um fator de proteção e desenvolvimento. A partir das falas dos adolescentes que lá habitam, é possível observar que os cuidadores/monitores/agentes educadores aparecem como indivíduos importantes para os jovens, auxiliando estes no desenvolvimento da empatia, do autocontrole e na aquisição de valores morais e sociais por exemplo (Dalbem & Dell’Aglio, 2008; Mota & Matos, 2010; Nogueira, 2013).

Outro aspecto a ser considerado é que apesar da literatura indicar o aspecto negativo associado à estigmatização, principalmente pela percepção que o indivíduo apresenta dessa situação, há a possibilidade de se dar um outro sentido e olhar a esse estigma. Um exemplo que caracteriza essa passagem é o estudo realizado por Rodrigues *et al.* (2014), em que observaram que jovens acolhidos apresentaram percepção significativamente mais elevada com relação ao preconceito quando comparados a jovens que residiam com seus pais. No entanto, a autoestima não apresentou diferença entre os grupos quando associado ao fator preconceito. Isso permitiu que os investigadores pudessem elaborar algumas hipóteses referente a esses resultados, como a possibilidade de que o sentimento de pertença ao grupo, o apoio social recebido nas casas, os estilos de enfrentamento de cada indivíduo possam estar atuando como fator moderador em termos de preservação da autoestima.

É indiscutível que para que o desenvolvimento possa ocorrer é preciso que os profissionais responsáveis pelos cuidados dos jovens em situação de acolhimento possam perceber como suas práticas possibilitam a formação de novos relacionamentos afetivos e significativos, sendo dessa forma essenciais para a construção da identidade do jovem, apresentando outras possibilidades de relacionamento distintas das experienciadas anteriormente, como a negligência e a violência.

É preciso acima de tudo envolvimento e disponibilidade do cuidador, podendo, a partir disso, compreender as necessidades do adolescente e se constituir como uma fonte de apoio. Caso esses profissionais não acreditem na possibilidade e acima de tudo, na potencialidade de seu trabalho, torna-se inconcebível que outro alguém o faça.

Evidencia-se assim como o descrédito dos profissionais, a partir dos estigmas que construíram sobre o ambiente e sobre o adolescente, direcionam sua prática e afetam de modo inimaginável o próprio acolhido. O jovem deveria ser visto como um sujeito único e não apenas aquele caracterizado como “difícil”, com comportamento “inadequado” e que carrega uma bagagem “negativa”.

Atenta-se para o fato de que nesse estudo os sujeitos que têm contato com os adolescentes que residem numa instituição de acolhimento caracterizaram-lhes como mais ansioso e menos batalhadores, sugerindo dessa forma que não apresentam uma visão negativa desses indivíduos de modo geral. Como exposto anteriormente, a prática de qualquer profissional é influenciada pelas concepções que estes apresentam sobre uma determinada questão, sendo nesse caso, com relação ao indivíduo acolhido.

Dessa forma, pensar que os sujeitos que participaram do estudo apresentam uma percepção do jovem acolhido desvinculada de concepções e paradigmas que ainda estão presentes, como a descrença e fracasso, permite que irrompa outras práticas, em que as lógicas de trabalho cristalizadas, permeadas por crenças, valores e estigmas, possam ser repensadas e modificadas.



## Capítulo V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esteriótipos, crenças e imagens sociais que estão profundamente enraizadas na sociedade são resistentes a mudanças. A identificação e desconstrução de muitas afirmações consideradas lógicas no que se refere à infância, adolescência, juventude em situação de acolhimento e de modo geral, a qualquer aspecto englobado pela sociedade, é uma atividade iniciada há poucas décadas atrás e que precisa continuar sendo desenvolvida. Somente a partir desse posicionamento é que se conseguirá identificar e obter um consenso sobre ações que modifiquem positivamente o lugar que a infância e a juventude assumem socialmente (Casas, 2010).

As imagens a respeito de uma realidade, os modos de relacionamento associados a um determinado grupo limitam suas experiências e possibilidades essa lógica determinante. A partir desse entendimento e considerando que os profissionais que têm contato com o acolhimento representam a fonte de apoio e recursos que esse jovem dispõe e necessita, é preciso que sejam capacitados e busquem uma formação continuada para trabalhar com esse público, objetivando assim desconstruir um olhar e uma prática cristalizada. A partir disso, compreender que o contexto em que o jovem estará inserido é um dos fatores de desenvolvimento e que os profissionais podem e devem possibilitar que isso ocorra, configura-se como um fator de proteção e possibilita olhares e práticas distintas.

As instituições assumem o lugar central na vida dos acolhidos, sendo então necessário investir neste espaço de socialização, procurando transformar as concepções socialmente estabelecidas, de forma a desestigmatizá-las. Este trabalho objetivou compreender as imagens sociais relacionadas ao jovem em acolhimento por parte de quem trabalha ou tem contato com esse grupo. Observou-se que essa camada da população ainda é alvo de muitos estigmas e crenças negativas. No entanto, os participantes que têm contato com os jovens parecem não perceber os acolhidos como distintos de outros adolescentes.

A partir desses resultados, configura-se como imprescindível a realização de pesquisas qualitativas na área do acolhimento institucional, que procurem investigar de forma mais aprofundada locais que abrangem em seu cotidiano situações de vulnerabilidade e risco, como, por exemplo, a visão de profissionais e dos acolhidos sobre os processos de estigmatização e as consequências decorrentes destes. Com isso, as concepções e práticas cristalizadas poderão ser discutidas e repensadas, possibilitando a construção de outro espaço que faça a diferença na vida de quem passa por ali.

## Referências

- Aberastury, A. (1980). *Adolescência*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Andrade, M. S. (2011). Estudo sobre a escrita em crianças e adolescentes abrigados. *Rev. Psicopedagogia*, 28(87), 219-225.
- Arpini, D. M. (2003). Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 21(3), 70-75.
- Assis, S. G., & Farias, L. O. P. (2013). *Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento*. São Paulo: Hucitec Editora.
- Ayres, L. S. M., Coutinho, A. P. C., Sá, D. M., & Albernaz, T. (2010). Abrigo e abrigados: construções e desconstruções de um estigma. *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 2, 420-433.
- Berger, M. B. V. (2005). Aspectos históricos e educacionais dos abrigos de crianças e adolescentes: a formação do educador e o acompanhamento dos abrigados. *Revista HISTEDBR Online*, 18, 170-185.
- Bernardi, D. C. F. (2007). Apresentação para a segunda edição. In: R. C. S. Oliveira, (Eds.), *Quero voltar para casa: o trabalho em rede e a garantia do direito à convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes que vivem em abrigo*. São Paulo: AASPTJ  
Recuperado em 20 junho de 2014, em <http://www.neca.org.br/wp-content/uploads/Livro6.pdf>.
- Bock, A. M. B. (2004). A perspectiva sócio histórica de Leontiev e a crítica a naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. *Cad. Cedes*, 24(62), 26-43.
- Braga, L. L., & Dell'Aglio, D. D. (2012). Exposição à violência em adolescentes de diferentes contextos: família e instituições. *Estudos de Psicologia*, 17(3), 413-420.
- Brasil (1990). *Estatuto da criança e do adolescente*. Diário Oficial da União. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF.
- Brasil (2009). *Nova lei nacional da adoção*. Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Brasília, DF.  
Recuperado em 28 de julho de 2014, em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm)>.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1979).
- Carvalho, A. M. (2002). Crianças institucionalizadas e desenvolvimento: possibilidades e desafios. In E. R. Lordelo & A. M. Carvalho, & S. H. Koller (Eds.), *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento* (pp. 19-44). São Paulo: Casa do psicólogo.

- Casas, F. (2006). Infancia y representaciones sociales. *Política y Sociedad*, 43(1), 27-42.
- Casas, F. (2010). Representaciones sociales que influyen en las políticas sociales de infancia y adolescencia en Europa. *Pedagogía Social*, 17, 15-28.
- Casas, F., Cornejo, J., Colton, M., & Schoelte, E. (2000). Perceptions of stigmatization and satisfaction with services received among users of social welfare services for the child and the family in 3 European regions. *Social Indicators Research*, 51(3), 287-308.
- Casas, F., & Montserrat, C. (2012). Percepciones de distintos agentes sociales acerca de la educación formal de los chicos y chicas tutelados. *Educatio Siglo XXI*, 30(2), 185-206.
- Dalbem, J. X., & Dell'Aglio, D. D. (2008). Apego em adolescentes institucionalizadas: processos de resiliência na formação de novos vínculos afetivos. *Psico PUCRS*, 39(1), 33-40.
- Domingues, A. L. (2013). *Imagens associadas às famílias de crianças e jovens em acolhimento institucional*. Dissertação de Mestrado, Mestrado em Psicologia Comunitária e Protecção de Menores. Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), Lisboa, Portugal.
- Faleiros, V. P., & Faleiros, E. S. (2008). Uma visão histórica da violência contra crianças e adolescentes. In V. P. Faleiros, & E. S. Faleiros (Eds.), *Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes* (pp. 15-26). Brasília: Ministério da Educação.
- Fernandes, D. S., Santos, D. C. P., & Contijo, D. T. (2007). Percepções dos educadores sociais do cotidiano em um abrigo para crianças. *Estudos Goiânia*, 34(1/2), 71-84.
- Fraga, L. B. (2008). *Infância, práticas educativas e de cuidado: concepções de educadores de abrigo à luz da história de vida*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia e Educação, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil.
- Fundação ABRINQ. (2006). O abrigo como possibilidade. São Paulo: Instituto Camargo e Corrêa. Disponível em <http://www.neca.org.br/wp-content/uploads/2010/07/abrigopossibilid.pdf>.
- Goffman, E. (1963). *Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Knobel, M. (1981). A síndrome da adolescência normal. In A. Aberastury, & M. Knobel (Eds.), *Adolescência normal* (pp. 24-62). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Levy, R. (2001). O Adolescente. In C. L. Eizirik, F. Kapczinski, & A. M. S. Bassols (Eds.), *O ciclo da vida humana: uma perspectiva psicodinâmica* (pp. 127-140). Porto Alegre: Artmed.
- Luvizaro, N. A., & Galheiro, S. M. (2011). Considerações sobre o cotidiano e o habitar de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional em abrigo. *Rev. Ter. Ocup.*, 22(2), 191-199.
- Major, B., & O'Brien, L. T. (2005). The social psychology of stigma. *Annual Review of Psychology*, 56, 393-421.

- Marques, C. M. L. (2006). *A percepção dos cuidadores sociais de crianças em abrigos em relação ao processo do cuidar*. Dissertação de Mestrado, Mestrado em Saúde. Universidade de Franca, (UNIFRAN), Franca, São Paulo, Brasil.
- Martins, P. C. (2005a). *O desenvolvimento pessoal e social da criança em contexto de vida institucional — elementos para uma análise da ecologia da interpessoalidade*. Recuperado em 18 de julho de 2014 em <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6750/1/O%20DPS%20da%20crian%C3%A7a%20em%20contexto%20de%20vida%20institucional.pdf>>
- Martins, P. C. (2005b). *A Qualidade dos Serviços de Protecção às Crianças e Jovens — As Respostas Institucionais*. Recuperado em 15 de julho de 2014, em <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3163/1/A%20Qualidade%20d%20Servi%C3%A7os%20de%20Protec%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0s%20Crian%C3%A7as%20e%20Jovens%20-%20As%20respostas%20institucionais.pdf>>
- Moré, C. L. O. O., & Sperancetta, A. (2010). Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. *Psicologia & Sociedade*, 22(3), 519-528.
- Mota, C. P., & Matos, P. M. (2010). Adolescentes institucionalizados: O papel das figuras significativas na predição da assertividade, empatia e autocontrole. *Análise Psicológica*, 2 (28), 245-254.
- Nogueira, S. (2013). *Impacto da Institucionalização nas Perspetivas Presentes e Futuras das Crianças e Jovens em Risco*. Dissertação de Mestrado, Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco. Escola Superior de Educação de Viseu, Portugal.
- Ozella, S. (2002). Adolescência: Uma perspectiva crítica. In M. L. J. Contini, S. H. Koller, & M. N. S. Barros (Eds.), *Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia.
- Ozella, S. (2008). Desmistificando a concepção de adolescência. *Cadernos de Pesquisa*, 38(133), 97-125.
- Passetti, E. (1996). O menor no Brasil Republicano. In Priore, M. (1996), *História da criança no Brasil* (pp.146-175). São Paulo: Contexto. (Original publicado em 1991).
- Rizzini, I., & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: Loyola.
- Rodrigues, A. L., Gava, L. L., Sarriera, J. C., & Dell’Aglia, D. D. (2014). Percepção de preconceito e autoestima entre adolescentes em contexto familiar e em situação de acolhimento

institucional. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 14(2), 389-407.

- Sá, A. C., Grilo, I., & Trigo, L. R. (2008). *As instituições de acolhimento sob o olhar dos profissionais que nelas trabalham: Percepções em torno da institucionalização de crianças e jovens em risco*. Atas eletrônicas do Congresso Internacional em Estudos da Criança, organizado pelo Instituto de Estudos da Criança e realizado na Universidade do Minho. Cidade do Porto. Recuperado em 12 de agosto de 2014, em <<http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/12926/1/As%20institui%C3%A7%C3%B5es%20de%20acolhimento%20sob%20o%20olhar%20dos%20profissionais%20que%20nelas%20trabalham%20Percep%C3%A7%C3%B5es%20em%20torno%20da%20institucionaliza%C3%A7%C3%A3o%20de%20crian%C3%A7as%20e%20jovens%20em%20risco.pdf>>
- Santana, J. P. (2003). *Instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua: objetivos atribuídos por seus dirigentes e pelos jovens atendidos*. Dissertação de Mestrado não publicada, Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Santos, A. S. C. S. (2009). *(In)sucesso escolar de crianças e jovens institucionalizados*. Dissertação de Mestrado, Mestrado em Política Social, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), Lisboa, Portugal.
- Santos, S. D. M. (2010). Um novo olhar sobre o conceito de abandono de crianças. *Maringá*, 32(1), 63-72.
- Senna, S. R. C. M., & Dessen, M. A. (2012). Contribuições das teorias do desenvolvimento humano para a concepção contemporânea da adolescência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(1), 101-108.
- Silva, E. R. (2004). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/Conanda, 2004.
- Silva, M. L., & Arpini, D. M (2013). O impacto da nova Lei Nacional de Adoção no acolhimento institucional: o ponto de vista de psicólogos e assistentes sociais que integram as equipes técnicas. *Psicologia em Revista*, 19(3), 422-440.
- Siqueira, A. C., & Dell'Aglio, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 71-80.
- Sousa, L. M. R. (2012). *Crianças em situação de abrigamento: escola e preconceito*. Monografia de conclusão de curso. Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), Brasília, Brasil.
- Tajfel, H. (1974). Social identity and intergroup behaviour. *Social Science Information*, 13(1), 65-

- Vectore, C., & Carvalho, C. (2008). Um olhar sobre o abrigo: a importância dos vínculos em contexto de abrigo. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRABPEE)*, 12(2), 441-449.
- Zappe, J. G., Moura, J. F., Jr., Dell'Aglio, D. D., & Sarriera, J. C. (2013). Expectativa quanto ao futuro de adolescentes em diferentes contextos. *Acta Colombiana de Psicología*, 16(1), 91-100.
- Yunes, M. A. M., Mendes, N. F., & Albuquerque, B. M. (2005). Percepções e crenças de agentes comunitários de saúde sobre resiliência em famílias monoparentais pobres. *Texto & Contexto – Enfermagem* 14, 24-31

## ANEXO A

### NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ADOLESCÊNCIA (NEPA) INSTITUTO DE PSICOLOGIA – UFRGS

#### Questionário

Este questionário tem como objetivo conhecer a sua opinião sobre as características que descrevem jovens em diferentes situações de vida. Por esse motivo não existem respostas certas ou erradas. Estamos apenas interessados na sua opinião. Por favor responda a todas as questões que lhe são propostas. As suas respostas são confidenciais e serão analisadas em conjunto com as respostas de outros participantes.

**Agradecemos desde já a sua colaboração!**

Dados de identificação:

Sexo: ( )F / ( ) Estado Civil: \_\_\_\_\_

M Idade: \_\_\_\_\_

Escolaridade ou grau em que estuda: ( )Ensino Fundamental ( )Ensino Médio ( )Graduação ( )Pós-Graduação

Curso: \_\_\_\_\_ Profissional: SIM( ) NÃO( )

Instituição onde trabalha: \_  
\_\_\_\_\_

Cidade onde reside: \_\_\_\_\_

---

Trabalha ou já trabalhou na área de crianças e adolescentes em risco e vulnerabilidade?  Sim  Não

Se sim, indique sua área de trabalho (marque mais de uma, se for o caso OU marque a principal, em caso de trabalhar em mais de uma destas áreas):  Saúde  Educação  Assistência Social  Justiça

Outro. Especifique: \_\_\_\_\_

Rendimento médio mensal:

Individual:

<R\$500,00

R\$500,00-R\$1.000,00

R\$1.000,00-R\$2.000,00

R\$2.000,00-R\$3.000,00

>R\$4.000,00

Sem renda

Familiar:

<R\$500,00

R\$500,00-R\$1.000,00

R\$1.000,00-R\$2.000,00

R\$2.000,00-R\$3.000,00

>R\$4.000,00

Tem filhos? Sim  / Não



1. Pense agora num **JOVEM TÍPICO BRASILEIRO**. Descreva-o utilizando a lista de características que são apresentadas em seguida. Desta forma, indique, por favor, até que ponto considera que cada uma das características seguintes **descrevem muito ou pouco este jovem típico**, assinalando o número que melhor corresponde à sua avaliação.

UM JOVEM TÍPICO BRASILEIRO É:	Nada	Pouco	Talvez	Muito	Totalmente
1. Agressivo	1	2	3	4	5
2. Amado	1	2	3	4	5
3. Ansioso	1	2	3	4	5
4. Apresentável	1	2	3	4	5
5. Baixa Autoestima	1	2	3	4	5
6. Batalhador	1	2	3	4	5
7. Bom Aluno	1	2	3	4	5
8. Calmo	1	2	3	4	5
9. Carente	1	2	3	4	5
10. Carinhoso	1	2	3	4	5
11. Ciumento	1	2	3	4	5
12. Com problemas	1	2	3	4	5
13. Confiante	1	2	3	4	5
14. Descontraído	1	2	3	4	5
15. Desinteressado	1	2	3	4	5
16. Desmotivado	1	2	3	4	5
17. Educado	1	2	3	4	5
18. Empenhado	1	2	3	4	5
19. Estável	1	2	3	4	5
20. Feliz	1	2	3	4	5
21. Frustrado	1	2	3	4	5
22. Humilde	1	2	3	4	5
23. Inseguro	1	2	3	4	5
24. Inteligente	1	2	3	4	5
25. Introverso	1	2	3	4	5
26. Protegido	1	2	3	4	5
27. Responsável	1	2	3	4	5
28. Revoltado	1	2	3	4	5
29. Saudável	1	2	3	4	5
30. Sensível	1	2	3	4	5
31. Sociável	1	2	3	4	5
32. Sonhador	1	2	3	4	5
33. Sozinho	1	2	3	4	5
34. Trabalhador	1	2	3	4	5
35. Traumatizado	1	2	3	4	5

36. Triste	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
37. Vulnerável	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>

2. Pense agora num **JOVEM EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL** (o acolhimento institucional constitui uma das medidas de proteção e de garantia dos direitos fundamentais das crianças e dos jovens, utilizada quando há exposição a alguma situação de risco para o desenvolvimento). Descreva este jovem utilizando a lista de características que lhe apresentamos em seguida. Desta forma, indique, por favor, até que ponto considera que cada uma das características seguintes **descrevem muito ou pouco este jovem em acolhimento institucional**, assinalando o número que melhor corresponde à sua avaliação.

<b>UM JOVEM EM ACOLHIMENTO É:</b>	<b>Nada</b>	<b>Pouco</b>	<b>Talvez</b>	<b>Muito</b>	<b>Totalmente</b>
1. Agressivo	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
2. Amado	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
3. Ansioso	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
4. Apresentável	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
5. Baixa Autoestima	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
6. Batalhador	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
7. Bom Aluno	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
8. Calmo	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
9. Carente	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Carinhoso	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
11. Ciumento	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
12. Com problemas	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
13. Confiante	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
14. Descontraído	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
15. Desinteressado	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
16. Desmotivado	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
17. Educado	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
18. Empenhado	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Estável	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
20. Feliz	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
21. Frustrado	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
22. Humilde	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. Inseguro	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
24. Inteligente	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
25. Introverso	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
26. Protegido	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
27. Responsável	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. Revoltado	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
29. Saudável	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>

30. Sensível	1	2	3	4	5
31. Sociável	1	2	3	4	5
32. Sonhador	1	2	3	4	5
33. Sozinho	1	2	3	4	5
34. Trabalhador	1	2	3	4	5
35. Traumatizado	1	2	3	4	5
36. Triste	1	2	3	4	5
37. Vulnerável	1	2	3	4	5

3. Agora lhe pedimos que avalie um conjunto de características, informando se considera **ESSAS PALAVRAS**, como sendo positivas (desejáveis), negativas (indesejáveis), ou neutras (indiferentes). Neste sentido, pedimos-lhe que pense num **JOVEM, de forma geral**, e avalie como consideraria cada uma das características seguintes, assinalando o número que melhor corresponde à sua avaliação.

<b>QUANDO PENSO NUM JOVEM, ESSA PALAVRA É</b>	Muito Negativa	Negativa	Neutra (indiferente)	Positiva	Muito Positiva
1. Agressivo	1	2	3	4	5
2. Amado	1	2	3	4	5
3. Ansioso	1	2	3	4	5
4. Apresentável	1	2	3	4	5
5. Baixa Autoestima	1	2	3	4	5
6. Batalhador	1	2	3	4	5
7. Bom Aluno	1	2	3	4	5
8. Calmo	1	2	3	4	5
9. Carente	1	2	3	4	5
10. Carinhoso	1	2	3	4	5
11. Ciumento	1	2	3	4	5
12. Com problemas	1	2	3	4	5
13. Confiante	1	2	3	4	5
14. Descontraído	1	2	3	4	5
15. Desinteressado	1	2	3	4	5
16. Desmotivado	1	2	3	4	5
17. Educado	1	2	3	4	5
18. Empenhado	1	2	3	4	5
19. Estável	1	2	3	4	5
20. Feliz	1	2	3	4	5
21. Frustrado	1	2	3	4	5
22. Humilde	1	2	3	4	5
23. Inseguro	1	2	3	4	5
24. Inteligente	1	2	3	4	5

25. Introverso	1	2	3	4	5
26. Protegido	1	2	3	4	5
27. Responsável	1	2	3	4	5
28. Revoltado	1	2	3	4	5
29. Saudável	1	2	3	4	5
30. Sensível	1	2	3	4	5
31. Sociável	1	2	3	4	5
32. Sonhador	1	2	3	4	5
33. Sozinho	1	2	3	4	5
34. Trabalhador	1	2	3	4	5
35. Traumatizado	1	2	3	4	5
36. Triste	1	2	3	4	5
37. Vulnerável	1	2	3	4	5

## ANEXO B

### INSTITUTO DE PSICOLOGIA – UFRGS PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### **DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** As imagens sociais de crianças e jovens institucionalizados

**Pesquisador:** Débora Dalbosco Dell'Aglio

**Área Temática:** Pesquisas com coordenação e/ou patrocínio originados fora do Brasil, excetuadas aquelas com copatrocínio do Governo Brasileiro;

**Versão:** 4

**CAAE:** 15111813.1.0000.5334

**Instituição Proponente:** Instituto de Psicologia - UFRGS

**Patrocinador Principal:** FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL  
SUP

#### **DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 420.578

**Data da Relatoria:** 07/10/2013

#### **Apresentação do Projeto:**

De acordo com o Instituto de Segurança Social Português (2012), em 2011 existiam 11572 crianças e adolescentes em acolhimento institucional. No Brasil, no ano de 2005, existiam cerca de 20000 crianças nestas mesmas condições (Silva & Aquino, 2005). Em ambos os países, encontra-se uma predominância do sexo masculino nesta população de crianças e jovens (51% em Portugal e 58,5% no Brasil), assim como de jovens mais velhos, sendo que, a maioria dos jovens acolhidos no Brasil tinha idades compreendidas entre os 7 e os 15 anos (61,3%), enquanto em Portugal a maioria dos jovens tinham entre 12 e 21 anos (64,3%) (Instituto de Segurança Social, 2012; Silva & Aquino, 2005). Além disto, é ainda importante referir que, em ambos os países, o acolhimento pode ocorrer durante longos períodos de tempo (sete anos ou mais) (Instituto de Segurança Social, 2012; Silva & Aquino, 2005). As abordagens do desenvolvimento face ao estudo de crianças em acolhimento institucional enfatizam o ambiente e as relações sociais como sistemas complexos. No entanto, a maioria das investigações tem focado principalmente as características estruturais e funcionais do contexto e menos nas relações sociais das crianças com os outros, e a sua pertença a uma

comunidade específica. As crianças e jovens em acolhimento institucional são rotuladas socialmente, sendo os serviços de bem-estar públicos aqueles que demonstram uma maior estigmatização destas crianças e jovens (Casas, Cornejo, Colton, & Scholte, 2000). Dada a relevância destes processos e a ausência de estudos nesta população, torna-se assim importante identificar as imagens e estereótipos associados às crianças e jovens acolhidos institucionalmente.

### **Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário: Investigar a imagem social de crianças e adolescentes institucionalizados, as fontes de variabilidade das imagens sociais e a forma como estas são socialmente e culturalmente construídas.

Objetivo Secundário: Construir um instrumento para avaliar quantitativamente as imagens sociais de crianças e jovens em acolhimento institucional

### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Não há previsão de riscos para os participantes, uma vez que a pesquisa não aborda questões potencialmente capazes de gerar danos físicos ou psíquicos. Além disso, será respeitada a voluntariedade e a autonomia dos participantes, bem como será resguardada a identidade dos mesmos e a confidencialidade dos dados.

Benefícios: Não estão previstos benefícios diretos aos participantes da pesquisa. Contudo, os resultados poderão contribuir para o conhecimento acerca da imagem social de crianças e adolescentes institucionalizados e assim possibilitar a criação de estratégias para modificar esta situação e garantir melhores condições de desenvolvimento a estas crianças e jovens. Desta forma, há um benefício indireto à população, que tem o dever legal de promover o desenvolvimento saudável de todas as crianças e adolescentes. Resultados do estudo poderão ser utilizados como subsídios para projetos de capacitação junto a trabalhadores sociais que atuam na área de acolhimento institucional.

### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O estudo busca conhecer as imagens sociais de crianças e adolescentes institucionalizados, mostrando que existe uma imagem social estereotipada acerca destas crianças e jovens e que esta imagem é social e culturalmente construída. Adicionalmente esperam testar um modelo explicativo dos estereótipos associados a estas crianças e jovens em acolhimento institucional através das variáveis como conhecimento acerca do exogrupo e contacto com o exogrupo.

### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória**

TCLs sem indicações de alterações.

**Recomendações:**

Projeto sem pendências ou recomendações.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Projeto sem pendências ou recomendações.

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Projeto sem pendências ou recomendações.

PORTO ALEGRE, 10 de Outubro de 2013

.....  
**Assinador por:**  
**JUSSARA MARIA ROSA MENDES**  
**(Coordenador)**

## ANEXO C

★ **ATENÇÃO:** POR FAVOR, DESTAQUE ESSA PRIMEIRA PÁGINA, FIQUE COM A PARTE SUPERIOR E ENTREGUE A PARTE INFERIOR ASSINADA, JUNTAMENTE COM O QUESTIONÁRIO PREENCHIDO

→Se você não quiser participar, por favor, devolva o material em branco

---

### UFRGS - INSTITUTO DE PSICOLOGIA – PPG PSICOLOGIA - NEPA TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante

Estamos realizando uma pesquisa que tem como objetivo investigar as imagens sociais de jovens. Além disso, pretendemos conhecer como estas imagens variam e como são socialmente e culturalmente construídas. Para isso, você será convidado a responder um questionário sobre características de jovens que vivem em diferentes situações de vida.

Para responder ao instrumento será necessário um tempo de aproximadamente 20 minutos. Serão tomados todos os cuidados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações. Sua participação no estudo é voluntária e poderá ser interrompida em qualquer etapa, sem nenhum prejuízo. A qualquer momento, informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados a esse estudo poderão ser solicitadas. Os dados obtidos através deste questionário serão guardados no Instituto de Psicologia da UFRGS e destruídos após o período de cinco anos.

Não estão previstos riscos aos participantes desta pesquisa, pois ela não envolve questões potencialmente capazes de gerar desconforto. Porém, na eventualidade de detectarmos sinais de risco físico ou psicológico nos participantes do estudo, será oferecido o encaminhamento necessário.

Não estão previstos benefícios diretos aos participantes, porém há um benefício à população em geral, pois os resultados do estudo poderão ajudar a melhorar a imagem social de jovens que vivem em diferentes contextos, contribuindo para seu desenvolvimento saudável. Haverá uma devolução dos resultados finais do estudo, de forma coletiva. Caso haja interesse em participar desta atividade, por favor informe seu endereço eletrônico para ser contatado. A pesquisadora responsável pelo estudo é a Profa. Débora Dalbosco Dell’Aglia, do Instituto de Psicologia UFRGS.

Desde já, agradecemos sua contribuição para o desenvolvimento desta atividade de pesquisa e



colocamo-nos à disposição para esclarecimentos através do telefone (51)33085253. Este documento foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS, fone (51)33085441, e-mail: [cep-psico@ufrgs.br](mailto:cep-psico@ufrgs.br)



Assinatura Coordenadora Pesquisa

-----

**participante) fui informado dos objetivos e da justificativa dessa pesquisa, sobre a imagem social de jovens Autorização:**Eu \_\_\_\_\_(nome do de diferentes contextos, de forma clara e detalhada. Recebi informações sobre cada procedimento, dos riscos previstos e benefícios esperados. Terei liberdade de retirar o consentimento de participação na pesquisa, em qualquer momento do processo. Ao assinar esse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os meus direitos legais serão garantidos e não renuncio a quaisquer direitos legais dando meu consentimento livre e esclarecido em participar desse estudo.

\_\_\_\_\_

Assinatura do participante

Data \_\_ / \_\_ / \_\_

\_\_\_\_\_

E-mail